

EDWARD LOPES

FUNDAMENTOS DA  
LINGÜÍSTICA  
CONTEMPORÂNEA

Prefácio de  
EDUARDO PEÑUELA CAÑIZAL  
(da Universidade de S. Paulo)



EDITORA CULTRIX  
SÃO PAULO

## 2. A CONTRIBUIÇÃO DE FERDINAND DE SAUSSURE

Ferdinand de Saussure nasceu em Genebra, em 26 de novembro de 1857. Sua *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* apareceu em Leipzig, em 1878 (De Mauro, 1972. 327). Em 1880, Saussure estabeleceu-se em Paris, onde frequentou os cursos de Michel Bréal e, já na Escola de Altos Estudos, assistiu aos cursos de iraniano de J. Darmesteter, de sânscrito de A. Bergaigne e de filologia latina de L. Havet.

Em 1881 Bréal cedeu-lhe seu curso na Escola e assim, com vinte e quatro anos, Saussure foi nomeado "maître de conférences de gothique et de vieux-haut allemand". Era a primeira vez que se ensinava lingüística numa universidade francesa e seus cursos ficaram famosos. Entre outros, foram seus alunos, em Paris, E. Ernault, Maurice Grammont, Paul Passy, Antoine Meillet; e em Genebra — para onde Saussure se transferiu em 1891 e onde deveria lecionar até sua morte, ocorrida em 1913 —, na cadeira de lingüística, especialmente criada para ele, frequentaram suas aulas S. Karčevskij, A. Riedlinge, P. F. Regard, Ch. Bally e A. Sechehayé, sendo os dois últimos os responsáveis pela edição, em 1916, três anos decorridos da morte de Saussure, do seu monumental *Cours de Linguistique Générale*.

Por muitos anos Saussure estudou os *Nibelungen* e a versificação indo-européia arcaica, para a compreensão da qual elaborou uma hipótese extremamente original — a dos *anagramas* —, que deve ser contada entre as contribuições pioneiras para o moderno estudo estrutural da poesia. Mas, apesar de se haver devotado a uma extensa série de interesses no campo da Literatura, Saussure deixou uma persistente imagem de campeão da separação entre a lingüística interna (fora do contexto sócio-histórico) e a lingüística externa (a que considera os fatores exteriores que condicionam os fenômenos lin-

güísticos). Essa imagem é, no entanto, verdadeira apenas parcialmente. Do mesmo modo é imprecisamente o sentimento que perdura, ainda hoje, de que a lingüística estrutural em geral e a saussuriana em particular sejam lingüísticas antitológicas.

É claro que, postas em cotejo as suas contribuições para os diferentes campos das línguas e das letras, o que marcará a sua imagem para a posteridade serão as teses centrais do CLG: suas idéias acerca do *valor relacional* dos elementos lingüísticos, da *auto-suficiência* do sistema, da *necessidade* de se dissociar uma *lingüística dos estados* (sincrônicas) do âmbito da *lingüística evolutiva* (diacrônica), da *natureza* do signo e da *distinção langue / parole*.

São essas as idéias que fundaram a lingüística estrutural clássica e, ao mesmo tempo, deram início à fase contemporânea dessa ciência.

### 2.1. Sincronia e Diacronia

Para Saussure é muito importante distinguirem-se os eixos sobre os quais se situam os fatos que a ciência estuda. De acordo com dois diferentes tipos de descrição, os fatos científicos podem ser estudados como se estivessem situados num *etno de simultaneidades* (A — B, na fig. 8) ou, então, como se estivessem situados num *eixo de sucessividades* (C — D, na fig. 8). No primeiro caso, o lingüista se interessaria pelas relações entre fatos coexistentes num

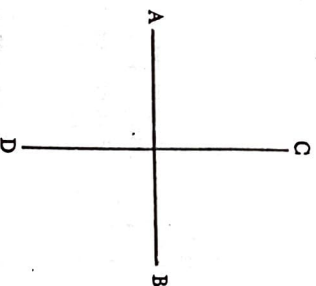


Fig. 8 — Representação esquemática da sincronia (A — B) e da diacronia (C — D)  
(Cf. Saussure 1972. 115)

sistema linguístico, tal como elas se apresentam num momento dado, fazendo abstração de qualquer noção de tempo; no segundo caso, constituiriam objeto de seu estudo as relações que um fenómeno qualquer, localizado ao longo de uma linha evolutiva (de tempo) mantém para com os fenómenos que o precedem ou que seguem na linha da continuidade histórica. No primeiro caso, far-se-ia um estudo de *descrição sincrónica* (ou *estrutural*), ao passo que no segundo caso tratar-se-ia de uma descrição *diacrónica* (ou *histórica*). (21)

Essa primeira grande dicotomia saussuriana tem a maior importância, uma vez que separa os *fatores internos* de um sistema dos *fatores externos, histórico-culturais*, que condicionam esse sistema: "Uma comparação com o xadrez — diz Saussure —, fará compreender melhor. Aqui, é relativamente fácil distinguir o que é interno do que é externo: o fato de que ele tenha passado da Pétria para a Europa é de ordem externa; interno é tudo quanto concerne ao sistema e às suas regras. Se substituo umas peças de madeira por outras de marfim, a troca é indiferente para o sistema; mas, se diminuo ou aumento o número de peças, essa troca afeta profundamente a "gramática" do jogo" (Saussure, 1972: 43).

Desenvolvendo o mesmo pensamento, diz Prado Coelho (1968, XVI) que "o intervalo entre uma jogada e a jogada seguinte pode corresponder à visão sincrónica de uma língua. (...) Note-se também que, para passar de uma fase do jogo para a fase seguinte, basta a alteração da posição de cada pedra, porque tal alteração repercute em todo o sistema, dando origem a uma nova sincronia." Visto que nenhum elemento da língua deve ser considerado como um fato isolado — a sincronia se estabelece como "relação entre coisas coexistentes" —, aparece a noção de *sistema*, equivalente saussuriano para o termo *estrutura* que nem uma só vez aparece em sua obra, apesar de seu cunho vincadamente "estruturalista". Pertence ao sistema, diz Saussure, tudo quanto seja interno, isto é, "tudo quanto faça variar o sistema num grau qualquer" (Saussure, 1972: 43). É por esse lado que a língua não é completamente arbitrária: num conjunto "*où tout se tient*", de relações de solidariedade entre os elementos componentes, isolar uma única unidade

(21) Malinberg (1968, 56-57) observa que a maior parte dos estudos modernos que sublinham o caráter fundamental do estudo descritivo-ajudicial, remonta a Saussure; e Dirmann (1970, 265) lembra que Saussure foi influenciado pelo livro de E. Durkheim "*Regras do Método Sociológico*" (1901), para a adoção do ponto de vista sincrónico.

equivalente a despojá-la de seu valor linguístico. Assim, o tempo não é o fator determinante das mutações linguísticas: o tempo apenas permite que esses fatores externos ajam uns sobre os outros, ocasionando as mutações (cf. Lyons, 1970, 40).

Quanto à Linguística Diacrónica, dela costumam lançar mão os linguistas para explicar certos fatos que, se fossem examinados do ponto de vista puramente sincrónico, poderiam ser interpretados como anomalias dentro do sistema.

Assim, por exemplo, parece anômalo o fato de que certos termos franceses apresentem, no singular, um sufixo —s (cf. *filis*, "filho", *Georges*, *Louis*, etc.) que normalmente é marca do plural. Só um estudo evolutivo, *diacrónico*, poderia demonstrar por que tais palavras conservaram, na passagem do latim para o francês, o —s do caso sujeito no singular latino de que provêm tais nomes, (*filius*, *Aloisius*, etc.), quando a regra geral era a obliteração desse sufixo na evolução do latim para o francês moderno (cf. Lyons, 1970, 39).

Nem todos os autores concordam, no entanto, com esse último ponto de vista, segundo o qual seria tarefa da Linguística Diacrónica dar conta da alteração de elementos isolados (tal como *filis*, para o francês, ou o plural por mutação vocálica, visto no inglês, para o *geese* "ganso — gansos", comumente, como exceção). Para Malinberg (1969, 22) "a linguística diacrónica (ou histórica) trata só dos câmbios sofridos pelo sistema (os conjuntos de oposições, etc.), no curso da história", idéia que reitera, como oposição conjunta do "código" in 1969, 276: "Do ponto de vista estrutural, a mudança linguística é uma mudança de sistemas, de códigos, não de elementos isolados. A linguística estrutural, portanto, considera a descrição sincrónica das etapas linguísticas como uma condição prévia e necessária para a análise diacrónica."

Já Trnka (1972b, 32), vê a diacronia como algo que não é necessariamente exterior à sincronia, mas que, mesmo implicitamente ou inconscientemente, *sobrevive dentro da sincronia*: "... a descrição sincrónica não pode excluir, tampouco, a noção de evolução, já que mesmo num corte considerado sincronicamente existe a consciência do estado em formação; os elementos linguísticos percebidos como arcaísmos e, em segundo lugar, a distinção entre formas produtivas e não produtivas são fatos de diacronia que não se podem eliminar da linguística sincrónica".

Final, como diz Jakobson (1969, 26-27): "não acontece jamais que uma só geração exista a um certo tempo e que todos os

**membros da geração precedente** morram simultaneamente no mesmo dia. Portanto, os dois sistemas coexistem sempre durante certo tempo. . . ."

Acreditamos que o melhor modo de resolver o impasse criado pela dicotomia sincronia / diacronia que alguns autores consideram de modo radical como antinômica tenha sido formulado por Benveniste (1966a, 9): "Um estado da língua é, antes de tudo, o resultado de um certo equilíbrio entre as partes de uma estrutura. . . .) A solidariedade de todos os elementos faz com que, uma vez que se afete um de seus pontos, o conjunto das relações seja colocado em questão, produzindo-se, cedo ou tarde, um novo arranjo. Por isso, a análise diacrônica consiste em estabelecer duas estruturas sucessivas, exibindo suas relações, para revelar que partes do sistema anterior foram afetadas ou ameaçadas, e de que modo se preparava a solução encontrada no sistema ulterior. Eis como se dissolve o conflito, tão vivamente afirmado por Saussure, entre diacronia e sincronia."

Na realidade, inexistente sincronia pura: no interior de qualquer sistema coexistem estágios de sistemas mais antigos e esboçam-se, como subsistemas, estágios posteriores; um código é, antes de tudo, uma interação de subcódigos e é isso, precisamente, uma propriedade inalienável das línguas a caracterizá-las como mecanismos dotados de *produtividade*. Essa idéia, depois desenvolvida, sob outros pressupostos, por Chomsky, está colocada também, de um ou outro modo, com maior ou menor felicidade, nos propugnadores de uma Linguística Pancrônica, Walter von Wartburg e Pagliaro, notadamente.

## 2.2. Linguagem, Langue (Língua) e Parole (Fala)

Saussure parte do princípio de que a *linguagem* humana é uma abstração, uma *capacidade*: ela consiste na capacidade que o homem tem de comunicar-se com os seus semelhantes através de signos verbais. A linguagem abrange, por isso, fatores físicos, fisiológicos e psíquicos.

Por *langue*, "língua", Saussure designava o próprio sistema da língua, isto é, o conjunto de todas as regras (fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas) que determinam o emprego dos sons,

das formas e relações sintáticas, necessárias para a produção dos significados. Nos termos de Barthes (1970, I.1.1), seria "língua," o "conjunto sistemático das convenções necessárias para a comunicação, indiferente à matéria dos sinais que a compõem".

Tendo, embora, existência na consciência de cada indivíduo, a língua constitui um sistema supra-individual, na medida em que ela é definida não por um indivíduo, mas pelo grupo social ao qual esse indivíduo pertence: *a língua é um conceito social* (Saussure, 1972.37). Daí que cada língua se distinga das demais, pelos seus sons específicos (cf. 1.4) e pela organização peculiar desses sons em formas funcionais: "-ing", por exemplo, é uma sequência de sons encontrada no português e no inglês — na forma escrita —, mas em inglês pode aparecer no final de palavras, posição em que não ocorre em português.

Por ser um bem social, um contrato coletivo, a língua preexiste e subsiste a cada um de seus falantes individualmente considerados: cada um de nós já encontra, ao nascer, formada e em pleno funcionamento, a língua que deverá falar. A sociedade nos impõe a sua língua como um código do qual nos devemos servir obrigatoriamente se desejamos que as mensagens que emitimos sejam compreendidas.

Por isso, Saussure compara a língua a um dicionário, cujos exemplares tivessem sido distribuídos entre todos os membros de uma sociedade. Desse dicionário (ao qual deveríamos acrescentar, para sermos mais precisos, uma gramática), que é a *langue*, cada indivíduo escolhe aquilo que serve aos seus propósitos imediatos de comunicação. Essa parcela concreta e individual da *langue*, posta em ação por um falante em cada uma de suas situações comunicativas concretas, chamou-a Saussure *parole* (em português "fala" ou "discurso"). (22)

A característica essencial da *parole* é a liberdade das combinações (Saussure, 1972. 192). A *parole* aparece aí como uma *combinação* individual que atualiza elementos discriminados dentro do código: assim, a *langue* é a condição para a existência da *parole*, exatamente como a sociedade é a condição para a existência do indivíduo. Em resumo, para Saussure, a linguagem é a soma da lin-

(22) Martoso Câmara traduz *parole* — mensagem na base de um código social que é a *langue* — por *discurso*, distinguindo nele duas modalidades, de acordo com seus modos de manifestação: a *fala* (ou discurso realizado oralmente) e a *escrita* (ou discurso manifestado graficamente).

gua e do discurso; a língua é a linguagem menos o discurso. E a *parole* se assemilha à natureza do acontecimento (Ricoeur, 1967, 808-809).

A dicotomia que Saussure batizou de *langue/parole*, Hjelmslev batizou de *esquema/usu*; Jakobson fala, para a mesma relação, com a terminologia da teoria da informação, em *código/mensagem*, noting essas que correspondem, aproximativamente, às dos termos empregados por Chomsky para *competence* (competência) / *performance* (atuação).

A distinção saussuriana entre *langue/parole* revelou-se das mais fecundas para todo o desenvolvimento da Linguística deste século. Não obstante, ela foi (vem sendo, ainda) objeto de discussões e polémicas, algumas bem colocadas, outras fruto de equívocos na maioria das vezes bem intencionados e motivados mesmo pela própria organização do CLG, livro cuja leitura não é fácil.

Um dos pontos mais amplamente debatidos é o que atribui à língua o papel de um sistema de valores (vide 1.8), com o que Saussure significava que cada um dos elementos componentes de uma língua só se pode definir relativamente aos outros elementos com os quais forma sistema. (23)

Duas afirmações capitais de Saussure, inicialmente entendidas por certos estudiosos (como Buyssens, in *Mise au point de quelques notions fondamentales de la phonologie*, artigo publicado em 1949), parte intitulada *Saussure contre Saussure*, artigo publicado em 1949), como paradoxais ou contraditórias, estiveram no fulcro dessas discussões. Trata-se das seguintes teses, ambas presentes no CLG:

- I) "na *langue* não há mais do que diferenças"
- II) "o mecanismo linguístico gira inteiramente sobre identidades e diferenças"

A partir delas, Buyssens afirma que Saussure "está em contradição consigo mesmo". A solução do problema não tem sido unanimemente acatada pelos linguistas, de modo que qualquer tentativa de diluir essa aparente aporia oferece sempre alguma possibilidade de crítica. No entanto, só tem sentido falar-se de "diferenças" por referência à existência implícita de "identidade": as diferenças, quaisquer que elas sejam, se discriminam perceptualmente no seio

de uma identidade, que é a sua condição lógica de existência. Assim, é verdade que "a *langue* não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fonéticas resultantes desse sistema" (CLG, p. 166). *Al* está o caráter negativo dos elementos linguísticos; mas é a percepção simultânea dessas diferenças de sons e dessas diferenças de idéias, sua aproximação, a partir de uma identidade perceptível por nossa mente, que constitui a língua num sistema.

### 2.2.1. PRIMEIRA NOÇÃO DE FORMA E SUBSTÂNCIA

O problema da dicotomia *langue/parole* está intimamente relacionado com o problema do valor: a língua é um sistema de valores, onde cada elemento se define em relação com outros elementos.

O exemplo do jogo de xadrez, já mencionado, esclarece a posição de Saussure relativamente ao assunto. As peças do jogo se definem unicamente pelas funções que lhe são conferidas sob a legislação do jogo. Suas propriedades puramente físicas são acidentais: as dimensões do cavalo ou da torre, suas cores, o material de que as peças são feitas, tudo isso pode variar; se se perde uma peça, ela pode ser substituída por um outro objeto qualquer, conservando intacta a sua função e a sua identidade. Basta, para tanto, que os parceiros convençionalmente atribua a esse objeto substituinte o mesmo valor atribuído à peça perdida.

Transposto o raciocínio para o âmbito linguístico, um elemento qualquer da língua, um fonema, por exemplo, ou um morfema, deve definir-se do ponto de vista das suas relações para com outros elementos do mesmo sistema e pela sua função no interior desse sistema (primeira noção de forma), e nunca à base de suas propriedades físicas (modo de formação, estrutura acústica, etc.; primeira noção de substância). Eis por que a língua constitui, no parecer de Saussure, de uma forma e não, uma substância: a língua não é um sistema de conteúdos (não existe um "nível" semântico), mas um sistema de formas e de regras (valores). O conteúdo de um termo só é fixado, por isso, através da totalidade de que esse termo é parte, e a sua definição positiva deriva de uma definição relacional (ou de-

(23) Para uma introdução didática às polémicas surgidas em torno de alguns conceitos-chave de Saussure, é útil consultar MacLennan (1962).

(língua negativa); o valor de um termo consiste nisso: um elemento *de definição positiva* tudo aquilo que os demais elementos do seu sistema não são (*definição negativa*).

Confrontando as palavras inglesas *sheep* "carneiro" e *mutton* "carne de carneiro", com a francesa *mouton* "carneiro" ou "carne de carneiro", indiferentemente (tal como no português), Sausurre demonstrava que em alguns casos esses termos se correspondem, em outros, não: assim *mouton* não tem o mesmo valor de *sheep*, que designa o animal vivo, nem de *mutton*, que designa a carne desse animal, pois *sheep* só se associa, paradigmaticamente, com a classe dos animais vivos, excluindo as outras classes, enquanto *mutton* só se associa, paradigmaticamente, com a classe de carnes que se prestam para serem comidas, isto é, com "alimentos" e não com animais. "Estes termos, por isso, não possuem o mesmo conteúdo (a soma das significações positivas e do valor relativo ou negativo: a soma dos termos aos quais um termo é opontível), ainda que se possa dizer que eles têm a mesma significação em contextos apropriados" (Dinneen, 1970.290).

Para dar um exemplo com nosso idioma, é o que acontece com (port.) *cão*, e o (ital.) *cane* "cão": em alguns contextos referentes a animais, os dois termos coincidem (na sua definição positiva); mas em outros contextos, isso não se dá, porque o italiano diz, por exemplo, *questo tenore è un cane* ("cão" qualifica a voz desagra-dável do tenor), ali onde empregariamos outro termo ("esse tenor canta como um marreco, um ganso, um pato").

## 2.2.2. CONTRIBUIÇÃO DE E. COSEIRU: A NOÇÃO DE NORMA

Para resolver certos problemas não resolvidos pela dicotomia saussuriana entre *langue* e *parole*, Eugenio Coseriu propôs um certo afix destes dois, o conceito de norma. "Sendo a língua um conjunto de possibilidades — explica Borba (1970, 67) —, a norma aparece como o conjunto de realizações dela. A norma precisa ser comprovada concretamente — é aquela que seguimos por fazermos parte de um grupo."

Tal como a *langue*, a norma é convencional; tal como a *parole* ela é *opcional*. Mas, diferentemente da *parole*, que é opção individual, deliberação de cada falante em cada enunciação concreta, a norma implica numa opção do grupo a que pertence o falante e pode, assim, divergir das demais normas seguidas por outros grupos da mesma comunidade linguística.

"Uma variante fonética, apesar de não alterar o sistema, pode caracterizar o falar de uma região — o /s/ (chiana pós-vocálica), variante de /s/ — *casta*, *mes* [kastá], [més] do Rio." (Borba, *id.*) Isto significa, é claro, que "entre os fonemas, com valor funcional dentro de uma língua, e os sons, sem mencionado valor, existe uma zona intermediária, a constituída pela norma" (Roca Pons, 1972.51).

Sabe-se que a distinção *e* / e não é pertinente para a língua espanhola, pois ela não é fonológica nessa língua. Por que, então, os falantes do espanhol pronunciam *questo* "queijo", *cabeza* "cabeça", *sello* "selo" com *e* fechado, [ˈkɛso], [kaˈβeða], [ˈsɛʎo], e pronunciam *papel* "papel", *afecto* "afeto", *peine* "pente" com *e* aberto, [paˈpɛl], [aˈfɛkto], [ˈpejɛne]? Por causa da norma. "Isto significa que as diferentes realizações do espanhol falado, abertas ou fechadas, pouco importa, não concernem ao sistema, não o afetam. (Exatamente como a pronúncia de [ˈkasa] ou [ˈkaza] "casa" não tem nenhuma influência sobre o sistema italiano. (...). Em outros termos, o sistema possui uma "lei" própria que se torna "norma" e esta pode, às vezes, agir sobre o sistema. Temos, em francês, uma série *transigent* — *intransigent*, *impossible* — *possible* (em português "transigente" — "intransigente", "impossível" — "possível"), mas encontramos *intempetif* sem seu corolário *tempetif* (o mesmo vale para o português) que o sistema teria, contudo, possibilidade de realizar" (Arcaini, 1972.60-62). Assim, a norma (*Sprachnorm*), "que corresponde ao primeiro grau de abstração, compreende somente aquilo que é, na fala concreta, repetição dos modelos anteriores. Isto significa que a norma implica a eliminação de tudo o que na *parole* é inédito, as variantes individuais, etc." (*id.*, *ib.*).

Observemos, finalmente, que assim como a *langue* equivale a um código para toda a sociedade de falantes do mesmo idioma, a norma equivale aos subcódigos em que se especializam os diferentes grupos dessa mesma sociedade. Temos, deste modo, subcódigos linguísticos nas línguas do rádio, das ciências — fala-se, última-mente, em *economês*, *comuniquês* para aludir à norma implícita na linguagem técnica dos especialistas e dos teóricos em comunicação, até certo ponto hermética para membros de outros grupos —, etc. É assim que *perreter*, *falecer*, *morrer*, "esticar as canelas", são sinônimos que se situam como "normas" (no sentido aqui utilizado) para diferentes subcódigos (linguagem formal, neutra, jargão...) todos coexistentes dentro do código comum que é a língua portuguesa.



línica, ou de causalidade, necessária entre os diferentes planos de expressão acima apresentados e o plano de conteúdo que elas trazem; em segundo lugar, a palavra *arbitrário* não significa que o PE (plano de expressão) dependa da livre escolha do falante, visto que nenhum indivíduo pode mudar o signo estabelecido pelo seu grupo linguístico. Arbitrário equivale melhor a *imotivado*, já que o significante não guarda nenhum vínculo de tipo natural com o significado (Saussure, 1972.101).

Mas, pergunta-se Saussure, não existiria esse vínculo natural nos catéigos mais arcaicos das línguas? Nas onomatopéias, por exemplo, que são elementos cujo PE se forma a partir dos sons evocados? Comparando-se diferentes vozes de animais

	PC	PE
voz do cuco	port. <i>cuco</i> fr. <i>coucou</i> lat. <i>cuculus</i> ing. <i>cuckoo</i> al. <i>kuckuck</i>	port. <i>cuco</i> fr. <i>coucou</i> lat. <i>cuculus</i> ing. <i>cuckoo</i> al. <i>kuckuck</i>
voz do cão	port. <i>au au</i> esp. <i>guan guan</i> fr. <i>ouaoua</i> al. <i>wauwau</i>	port. <i>au au</i> esp. <i>guan guan</i> fr. <i>ouaoua</i> al. <i>wauwau</i>
voz do gato	port. <i>miau</i> fr. <i>miauler</i> al. <i>miauen</i> ing. <i>to mew</i>	port. <i>miau</i> fr. <i>miauler</i> al. <i>miauen</i> ing. <i>to mew</i>

vê-se que até mesmo as onomatopéias se sujeitam à especial recon-figuração que cada língua lhes imprime (Cf. 1.9.4.).

Com efeito, se cada signo fosse apenas uma imitação do seu objeto, esse signo seria explicável em si mesmo, independentemente de outros signos e não teria nenhum tipo de relação interna necessária para com os demais signos da língua (Cf. Ducrot-Todorov, 1972.171). É o que expressa Reznikov (1972, 18-19) quando escreve que "a falta de vínculos naturais e de semelhança entre signos e objeto designado e a constatação de uma certa arbitrariedade em suas relações não só não supõem um obstáculo para a importante função que o signo desempenha no processo cognoscitivo, senão que constituem a condição necessária para a formação de noções que

refletem *adequadamente* os objetos e fenômenos (...) em seus aspectos gerais e essenciais".

Pode-se distinguir, como faz Saussure (1972.181) entre um *arbitrário absoluto* e um *arbitrário relativo* (ver também Ducrot-Todorov, 1972.172): o primeiro refere-se à instituição do signo *tornado isoladamente* e o segundo refere-se à instituição do signo enquanto elemento componente de uma estrutura linguística, sujeito, portanto, às constituições do sistema. Num exemplo claro, é graças à existência, na língua portuguesa, de uma forma produtiva de o sufixo verbal {-ou} para o pretérito que Carlos Drummond de Andrade pôde produzir, por analogia com "amar/amou", o neologismo "almou" (in *Amar-Amaro*):

Por que amou, por que almou  
se sabia  
proibido passar sentimentos  
etc.

Nas palavras compostas e nas formas flexionadas existe uma motivação relativa já que elas "se constroem sempre de modo idêntico para representar idênticas relações de significados" (Dinneen, 1970, 280).

O que é importante destacar nesta lição de Saussure é que a substância do conteúdo e a substância da expressão não contam, absolutamente, como tais, para a fundação do signo e da função linguística: o que conta é a combinação delas para criar uma *forma*, coisa que Saussure mesmo explicita quando afirma serem igualmente psíquicas as duas partes do signo. (Ver tb. Malinberg, 1968, 66 ss.) Um sistema linguístico combina diferenças de sons com diferenças de idéias, e assim instaura um sistema de valores. A característica da instituição linguística é manter o paralelismo (27) entre esses dois tipos de diferenças, de tal modo que a mudança efetuada num desses planos repercute perceptivelmente no outro plano (cf. *co-variado*, 1.12.1).

## 2.4.2. A LINEARIDADE DOS SIGNIFICANTES

A segunda das características essenciais do signo linguístico, também apontada por Saussure, refere-se ao caráter linear do seu plano

(27) Para maiores esclarecimentos sobre a arbitrariedade do signo, ver E. Benveniste, *Nature du signe linguistique* (incluído, agora, in 1966a) e Engler (1962), para a problemática geral do tópico.



de expressão. Logo ao início do CLG, temos: "Por ser de natureza auditiva, o significante se desenvolve unicamente no tempo e apresenta as características que toma do tempo:

- (a) representa uma extensão; e
- (b) essa extensão é mensurável numa única dimensão; ela é uma linha" (Saussure, 1972.103).

Essa linearidade, que constitui a extensão da cadeia falada e com base na qual cada elemento do plano de expressão de uma língua se coloca, é o que permite distinguirmos conceitos tais como o de sílaba (baseada num contraste entre consoantes e vogais), e o de distribuição.

#### 2.4.2.1. A Noção de Distribuição

As unidades linguísticas aparecem em contextos e submetem-se às suas pressões: as partes dependem do todo de que participam. Dentro de uma frase as palavras não se dispõem ao acaso, mas em posições determinadas: o artigo, por exemplo, tem em rumo e em português a propriedade de se colocar sempre junto do substantivo com o qual forma sintagmas nominais; mas dentro do SN (sintagma nominal) o artigo português vem *anteposto* ao substantivo (cf. "o lobo"), ao passo que o artigo rumeno *se põe* ao nome ao qual se refere (cf. *lupul*, "o lobo"). Diz-se, por isso, que os elementos possuem uma *distribuição característica*.

Quando comparamos dois elementos quaisquer, do ponto de vista distribucional, verificamos que:

- (a) os dois elementos A e B podem aparecer no mesmo ponto da cadeia da frase; dizemos, nesse caso, que eles têm uma *distribuição equivalente* (Fig. 10):



Fig. 10 — Distribuição equivalente

- (b) esses dois elementos não podem jamais aparecer colocados no mesmo ponto da cadeia frásica (ou seja, esses dois elementos não possuem nenhum contexto em comum): dizemos, então, que eles possuem uma *distribuição complementar* (Fig. 11):

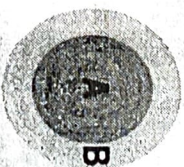


Fig. 11 — Distribuição complementar

- (c) esses dois elementos possuem uma *equivalência parcial* (ou uma *distribuição complementar parcial*). Nesse caso, temos de distinguir entre duas modalidades de distribuição parcial:

- (c1) a distribuição de uma unidade B inclui a distribuição de uma outra unidade A, mas o âmbito de aplicação de B é mais amplo que o de A (ou seja: em todos os contextos em que ocorre A pode ocorrer, também, B, mas há certos contextos em que B ocorre e nos quais nunca ocorre A). (Fig. 12):



Fig. 12 — Inclusão distribucional

- (c2) a distribuição de uma unidade B recobre, parcialmente, a distribuição de uma outra unidade A (sem incluí-la), e a distribuição de A recobre, também, parcialmente, a distribuição de B (sem incluí-la): em outros termos, há contextos em que só A pode ocorrer, e há contextos em que só B pode ocorrer, havendo, ainda, contextos em que tanto A quanto B podem ocorrer. Diz-se, então, que há *intersecção* distribucional entre A e B (Fig. 13):

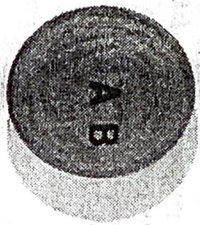


Fig. 13 — Intersecção distribucional

A distribuição é uma decorrência da linearidade sintagmática dos significantes. “Os empregos de *em* e *com* nos proporcionam um exemplo de distribuição interseccionante, ... em enunciados como “Pago — cheque todas as minhas contas” (Silva, 172.57).

## 2.5. Os Dois Eixos da Linguagem

### 2.5.1. Relações SINTAGMÁTICAS

Ao colocar a linearidade como um dos característicos essenciais do signo, Saussure havia observado que os signos falados formam uma cadeia onde cada elemento do PE (plano de expressão) ocupa uma posição determinada (distribuição): não se pode pronunciar dois fonemas na mesma unidade de tempo. As palavras presentes no discurso contraem certas dependências fundadas no caráter linear da língua (Saussure, 1972.170). A dependência que existe entre dois elementos sequenciais de uma mesma cadeia chama-se relação (dependência, função) sintagmática (de sintagma: conjugado de duas unidades consecutivas onde o valor de cada uma se define por relação ao valor da outra).

Há casos de signos cujo PE consista de um único elemento — como, por ex, (lat.) *ī*, que pode ser signo do genitivo (“*frater Pauli*”, “irmão de Paulo”), do passivo (*amari*, “ser amado”), do imperativo do verbo *eo*, *ivi*, *itum*, *ire* (*ī*, “vá”). Mas ainda aí se observa a função sintagmática como uma decorrência da sequencialidade dos signos da fala: a função de signo do genitivo, por exemplo, só ocorre para i quando ele aparece sufixado a um nome, nunca a um verbo; a função de signo do passivo, inversamente, só aparece quando i se prende, como sufixo, a um lexema verbal, e não a um nome.

Em certas línguas, certo tipo de unidades não se ordena em seqüências lineares para o efeito de fazer-se proceder e seguir a realização de um elemento pela realização de um outro elemento obrigatório. É o que ocorre nas línguas *tonais*: no chinês, háo “dia” e háo “boni” contêm os mesmos elementos nas mesmas posições, não se distinguindo, sequencialmente, uma forma de outra. O mesmo fenômeno da indistinção do papel representado pelas unidades a partir da observação da sucessão linear delas na frase ocorre, também, em línguas não tonais, como o português: a diferença entre o *sentido declarativo* de “chove” e o *sentido interrogativo* de “chove?”, é dado por algo que não é segmental (que não ocupa um segmento da cadeia da fala), ou seja, é dada pela entonação (cf. 3.3.1.1.).

Assim, o princípio da linearidade possibilita a apreensão de *contrastos*: a cadeia sintagmática resulta da combinação de elementos que contrastam entre si. De modo geral, podemos dizer que um elemento qualquer do PE entra em relação sintagmática com todas as unidades do seu mesmo nível — fonema com fonema, morfema com morfema —, formando contexto. (28)

O discurso sintagmático dispõe-se sobre um *eixo* cujo *suporte segmental* é a *extensão linear dos significantes* e cuja propriedade básica é a *construir-se através da combinação de unidades contrastantes*. Esse contraste se dá entre *elementos do mesmo nível*: fonema contrasta com fonemas, morfema contrasta com morfemas, etc., instaurando *relações distribucionais* (cf. 1.11.2.). Num sintagma como

O vizinho morreu de velho

temos as seguintes *relações sintagmáticas*, marcadas por *contrastos*:

(a) no nível fonológico:

contraste entre consonantes (C) e vogais, instaurando o *sintagma sílabico*:

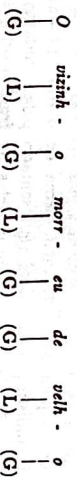
u	—	vi	—	zi	—	ñu	—	mo	—	rew	—	di	—	ve	—	fu
V		CV		CV		CV		CVC		CV		CV		CV		CV (29)

(28) De modo prático, localiza-se o *contexto lingüístico* de um elemento qualquer eliminando esse elemento do enunciado: o que sobra é o contexto do elemento abstraido. O contexto de Y num enunciado formado de *XYX* é *X.Z.*

(29) Na sílaba *-reu*, de *morreu*, *u* é uma *vogal assilábica* (semivogal, transcrita /w/), equivalendo, pois, a uma *consoante* (cf. 3.2.3.1.2.).

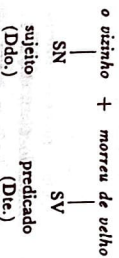
(b) no nível morfológico:

contraste entre lexema (L) e gramema (G), instaurador da palavra (sintagma vocabular):



(c) no nível sintático:

contraste entre um elemento determinante + um elemento determinado, instaurador do sintagma locucional:



Como se vê, o sintagma se constrói com base na contiguidade e na irreversibilidade: seus elementos estão dotados de uma distribuição característica, funcional.

## 2.5.2. CORRELAÇÕES PARADIGMÁTICAS

*Nenhuma mensagem tem sentido em si mesma.* Os elementos componentes de uma mensagem só têm sentido completo quando os correlacionamos, em nossa memória da língua, com os demais elementos lingüísticos com os quais ele forma sistema. Os elementos da língua jamais aparecem isolados, em nossa memória; pelo contrário, eles participam de *classes*, isto é, conjuntos de elementos que "se associam por um traço lingüístico permanente, que é o denominador comum" de todos esses elementos. A base desse traço estabelecem-se as diferenças e igualdades entre os elementos e as classes.

Cada uma dessas classes forma um *paradigma* (Mattoso Câmara, 1964: 236): um *paradigma é uma classe de elementos que podem ser colocados no mesmo ponto de uma mesma cadeia*, ou seja, são *substituíveis* ou *comutáveis* (cf. 1.12.1.) entre si.

Tendo em vista que, como já sabemos, devido à linearidade da fala não nos podemos utilizar senão de um elemento lingüístico a cada unidade de tempo, a *seleção* de um determinado membro de um paradigma exclui, automaticamente, todos os demais membros

do mesmo paradigma que poderiam aparecer no mesmo ponto da cadeia da fala.

No ato de enunciação estabelecem-se, por isso, seleções entre vários elementos opoñíveis da mesma classe, um dos quais — o elemento selecionado —, é transportado para o eixo sintagmático, onde deverá entrar em combinação com os outros elementos do enunciado.

Para realizar a palavra *mari*, por exemplo, escolhij, dentre as dezenas de unidades que compõem a classe dos fonemas portugueses, apenas três unidades: /m/ e não /l/ (que me daria *lar*), para a primeira posição; /a/ e não /c/ (que me daria *mór*), para a segunda posição; /r/ e não /w/ (que me daria *man*) nem /z/ (que me daria *mas*), para a terceira posição. A cada escolha efetuada corresponde uma rejeição de vários outros elementos da mesma classe (do mesmo paradigma): /m/, por exemplo, pertencendo ao paradigma consonântico, excluiu todas as demais consoantes que poderiam aparecer no seu mesmo ponto na cadeia *mari*; como *as regras de combinação das sílabas portuguesas tornam obrigatória a presença de uma vogal no ponto seguinte ao ocupado pela consoante /m/ no interior da mesma sílaba*, ao selecionar /a/ bloqueei simultaneamente a manifestação de qualquer outra vogal que teria podido, igualmente, situar-se naquele mesmo ponto; e assim por diante (cf. Fig. 14):

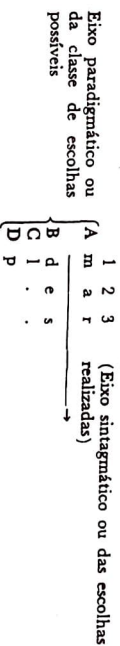


Fig. 14 — Paradigmas e Sintagmas

Membros não-selecionados do mesmo paradigma fonológico, de escolha equivalente, dentro do contexto: A1, porção sintagmática: /d/ (formaria *dar*), B3 (mes), B1 + B2 + B3 (dés), B1 + A2 + A3 (lar), C1 + B2 + A3 (lar), C1 + B2 + B3 (lés), D1 + A2 + B3 (dés), etc.

Chamamos *correlação* a função (ou dependência) existente entre os membros de um paradigma e *relação* a função existente entre os constituintes de um sintagma. Entre os elementos A, B, C, D, da Fig. 14, temos uma correlação; e temos uma relação entre 1, 2, e 3, na mesma figura.

As correlações paradigmáticas se baseiam na *similaridade* (semelhança de comportamento linguístico) entre os componentes de uma classe (associações mnemônicas virtuais, Sausurre, 1972, 171). Essa similaridade mobiliza substituições de elementos equivalentes, ao longo de um virtual eixo (vertical) de fechamentos (dotado, pois, da função *au/aut*, "ou um ou outro"): a cada momento tenho de eleger um único elemento dentro de, pelo menos, uma alternativa de dois elementos equiprováveis. O elemento selecionado paradigmaticamente é, em seguida, transportado para o eixo horizontal do discurso, onde vai entrar em combinação com os outros elementos ali colocados, formando a sintagmaticidade da fala como um *discurso sem fim*.

A seleção paradigmática propicia, assim, o aparecimento de fenômenos ligados à *similaridade de sons*: a *rima* (igualdade de sons entre duas palavras, a partir da sílaba tônica: *tesouro, doutor, louro*, etc.), o *homotélion* (igualdade de sufixos: *obreiro, carpinteiro*, etc.) do *parengon* (igualdade do prefixo ou da raíz: *inédito, inculto, inatrito*, etc.), da *aliteração* (igualdade de sons no corpo das palavras: a *madrugada clara*, etc.), da *assonância* (semelhança de sons no corpo das palavras: "oride o amor, ando indagando", C. Drummond de Andrade), etc. Essas figuras todas, de grande importância na criação poética, derivam dos automatismos presentes no processo da seleção paradigmática referente ao plano da expressão. Todas essas figuras se constroem a partir dos *paradigmas da expressão*.

Mas há, também, figuras da linguagem (poética ou não) que pertencem aos *paradigmas do conteúdo* (palavras associadas por terem, em sua base, o mesmo traço semântico): o termo *pão* aplica-se a *um homem* ("João é um pão"), pode significar que João é *bondoso* ou que João é *bom*, mas não significa, nunca, literalmente, que João seja, de fato, um pão (um alimento). O que essa frase significa não é uma identidade (João = pão), mas uma semelhança (João ≈ pão) qualquer de aspectos encontrada entre um e outro termo (a *bondade* de João e do *pão*, digamos). A palavra *pão* tem aí não um uso denotado, mas um uso *conotado* e essa conotação, por ter-se construído como *similaridade*, é *metáforica*. A metáfora é, assim, uma figura que releva dos paradigmas do conteúdo.

Se a metáfora é uma figura engendradora no interior dos paradigmas, a metonímia é uma figura engendradora no eixo sintagma-

tico. Com efeito, o sintagma é metonímico: sendo uma *unidade discursiva mínima*, formada por um *conjugado binário*, cada um dos dois elementos que a formam é *parte de um todo* e nenhuma delas é auto-suficiente. (O elemento *-a de cant -a*, por exemplo, abstraído do conjunto sintagmático, nada significa: ele pode ser um fonema, uma preposição, um artigo, uma morfema de feminino, uma morfema de pessoa, etc.; a mesma coisa se passa com *cant -i*; de modo que *-a só* é morfema indicador de feminino, gramema nominal, quando vem preso a nome (*memin -a, lob -a*, etc.), e *só* é morfema indicador de número e pessoa verbal, quando vem preso a um verbo (*cant -a, chor -a*, etc.). Assim, os dois elementos do sintagma não se podem desolidarizar, sob pena de entrar em disfunção.)

Na frase pública "ganhar o pão com o suor do seu rosto", há duas metonímias, *pão* e *rosto*, obtidas pelo processo de substituição da *parte pelo todo*: *pão* equivale, ali, a *alimento* e *rosto* equivale a *corpo*; e há, nessa mesma frase, uma terceira metonímia, obtida pelo processo de substituição do *efeito pela causa*: o *suor* é *efeito da fadiga*. Como se vê, a *contiguidade* característica da sintagmaticidade não se refere, simplesmente, à contiguidade de significantes, mas, também, à *contiguidade de sentido*.

No desenvolvimento de um discurso pode-se seguir duas linhas semânticas: um tema pode levar a outro quer por similaridade (processo metafórico), quer por contiguidade (processo metonímico). Segundo Jakobson, o processo metafórico caracteriza, em linhas gerais, a poesia, enquanto que o processo metonímico é típico da prosa.

Uma confusão muito frequente entre sintagmaticidade e *parole*, por um lado, e paradigmática e *langue*, de outro, deve ser desfeita. Nem todos os elementos presentes na cadeia sintagmatica são elementos de *parole*. Todos nós falamos, também, por *sintagmas criativizados*, isto é, memorizados globalmente (como os paradigmas) e utilizados automaticamente em certos pontos do discurso: *bom dia!*, *como vai?*, *ora, está!*, *não diga!*, *por é!*, *veja só!*, são conjugados binários (sintagmas) nos quais não se exerce a *liberdade combinatória do falante*, *traço distintivo da parole*: tais sintagmas são, no fundo, formados de estereótipos paradigmáticos.

Por outro lado, a utilização de qualquer parte da língua se sujeita a *regas ou pressões*: à medida que se sobe de nível aumenta a liberdade do falante, que é nenhuma no nível fonológico. O número de fonemas de uma língua é praticamente fixo e não pode ser alterado por ninguém em particular; uma pequena margem de liberdade existe para a composição de sintagmas vocabulares (pode-

mos "inventar" certas palavras, mas não podemos "inventar" todas as palavras de nossa língua). A máxima liberdade do falante é a de construir frases, e combiná-las para compor textos. Nas combinações interfrásicas, objeto de estudo da Linguística do Discurso — ou Linguística Transfrasal (cf. 1.11.3.) —, nenhuma regra coage o falante, exceto a da "saturação" pregarante do texto; certas formas só se saturam (= completam) por certos conteúdos, únicos capazes de preenchê-las (as *catifes*). Assim, só um número muito pequeno de elementos linguísticos pode saturar o verbo *trepanar*, por exemplo. No entanto, quanto empregamos locuções do tipo *pois é!, veja só!, por que não dizer!*, a nossa liberdade de falante é praticamente inexistente: a única opção que nos resta é a de falar/não falar.

## 2.6. Forma e Substância Linguística

"... il est impossible que le son élément matériel, appartenant par lui-même à la langue. Il n'est pour elle qu'une chose secondaire, une matière qu'elle met en oeuvre."

Saussure, 1972.164

"Autrement dit, la langue est une forme et non une substance."

Saussure, 1972.169

Da afirmação de Saussure de que "a língua é uma forma e não uma substância" Hjelmslev fez o ponto de partida para construir a sua teoria linguística, conhecida como Glosemática. O sistema das significantes forma, para Hjelmslev, o plano de expressão (PE) das línguas naturais, e o sistema dos significados forma o seu plano do conteúdo (PC): "... uma das definições possíveis (e até mesmo, conforme pensamos, a mais fundamental) de uma língua, na acepção saussuriana do termo, é a que consiste em defini-la como uma forma específica organizada entre duas substâncias: a do conteúdo e a da expressão...". (Hjelmslev, 1971a, 44).

Dáí que o PE e o PC possam ser concebidos em função de dois *strata* que se opõem, no interior do qual se explicita a dicotomia "forma/substância" (cf. Fig. 15) :

PLANO DO CONTEÚDO	Substância do Conteúdo — (SC)	(= designatum <i>partido</i> )
PLANO DE EXPRESSÃO	Forma do Conteúdo — (FC)	(= significatum)
PLANO DA EXPRESSÃO — (PE)	Forma da Expressão — (FE)	(= significatum)
PLANO DO CONTEÚDO — (PC)	Substância da Expressão — (SE)	(= signatum)

FIG. 15 — O SÍMBOLO LINGÜÍSTICO

A língua cria formas a partir de duas substâncias amorfas, o *designatum* e o *sonum*, que ela reúne, combina e formaliza como signos (Domercq, 1969, 102-103). A língua prende numa rede de relações internas essas duas substâncias e como que as imaterializa para que elas possam participar de um sistema abstrato; é nesse sentido que as duas partes do signo — o significante e o significado — são *psíquicas*, na terminologia de Saussure. Desse modo, as substâncias linguísticas são meros *vetículos* aos quais se imprime uma estruturação relacional abstrata, peculiar a cada língua, operando a transformação da substância em forma. "Do mesmo modo que um pedaço de argila pode ser moldado em objetos de forma e dimensões diferentes, a substância — meio no qual se fazem as distinções e as equivalências semânticas —, pode ser organizada em formas diferentes, em diferentes línguas" (Lyons, 1970.45). Assim, *em-bora a substância do conteúdo e a substância da expressão sejam praticamente as mesmas para todas as línguas naturais, a forma do conteúdo e a forma da expressão diferem de língua para língua.*

Certas combinações fonológicas, morfológicas, sintáticas, podem ser admitidas por certas línguas, sendo vetadas por outras; pense-se na combinatória CCCVCC que é padrão silábico em russo (cf. *straz*, "pavor") mas que inexistiu em português; na ordenação sintagmática N + Art, normal em rumeno (*lupul*, "o lobo"), disfuncional em português; na forma única do (fr.) "*sing<sup>pl</sup>*", traduzível (so) como *ape* ou *monkey*, em inglês, e como "macaco", "mico", "mono", "sagu", "bugo", etc., em português.

(30) Nos processos de transcodificação, traduzem-se as substâncias do conteúdo através de equivalências postuladas entre códigos formais. No entanto, a língua não é um mero veículo, uma mera mediadora entre substâncias cognitivas; as regras que mantêm a coesão do sistema não se aplicam a uma única vez sobre substâncias inertes. Assim, a língua não se limita a traduzir pensamentos, ela os cria, através da aplicação reiterada das regras.

Na transcodificação do (fr.) *single*, para o (ing.) *monkey / ape*, ou para o (port.) *macaco / mico / mono* ... as substâncias da expressão e do conteúdo são praticamente equivalentes, mas não são idênticas: elas não se correspondem ponto por ponto, como veremos a seguir; já as diferentes formas da expressão e do conteúdo envolvidas, são grandemente diferentes.

No que se refere à expressão, a seqüência francesa *in/è/* existe em português (nosso idioma não conhece vogais nasais abertas), e também não se correspondem, foneticamente, o vocalismo inglês e o vocalismo português. No que se refere ao conteúdo, lembremos de que os significados formam redes internas de oposições dentro de cada língua (cf. 1.4.): "a estrutura semântica de qualquer sistema de palavras de um vocabulário dado é formada pela rede de oposições semânticas que enlaçam entre si as palavras do sistema em questão" (Lyons, 1970.47). Comparando

(esp.)	<i>no hace calor</i>	} = (port.) "não faz calor"
(fr.)	<i>il ne fait pas chaud</i>	
(al.)	<i>es ist nicht warm</i>	

Alarcos Llorach (1969.19-20) nota que, embora todas essas frases tenham o mesmo *désignatum*, o mesmo "sentido", esse sentido amorfo está realizado de forma diferente nessas línguas. O espanhol não possui o sujeito indefinido que aparece nas frases do francês (*il*) e do alemão (*es*), e ainda que ele traduzida por um único elemento (*no*) a mesma idéia de negação que o alemão também traduz com uma só palavra (*nicht*), a colocação dessas duas partículas no eixo sintagmático difere de uma para outra língua (em espanhol a negação antepõe-se ao verbo, em alemão ela se pós põe). Por outro lado, a negação é dada por um único morfema contínuo, tanto em espanhol, quanto em alemão; mas ela é dada por dois morfemas descontínuos, na língua francesa (*ne...pas*), o primeiro dos quais precede o verbo, vindo o segundo depois do verbo. Essa diferente combinação sintagmática aliada à diferente associação desses elementos dentro de classes paradigmáticas particulares, que não se correspondem, nas diferentes línguas, é que constitui a forma peculiar de cada código linguístico.

### 3. FONÉTICA E FONOLOGIA

A *Fonética estuda a substância do plano da expressão das línguas naturais*; A *Fonologia* (ou *Fonêmica*) *estuda a forma do plano da expressão*.

O termo "Fonética" é aplicado desde o século XIX para designar o estudo dos sons da voz humana, examinando as suas propriedades físicas independentemente do "seu papel linguístico de construir as formas da língua" (Borba, 1970, 163). Já os fundamentos da Fonologia (ou Fonêmica, como preferem dizer os anglo-saxões) se estabeleceram a partir do segundo decênio do século XX, na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte. Na Europa, a partir da obra de Leonard Bloomfield e Edward Sapir, que trabalharam separadamente. "Em contraste com a Fonética, que é uma ciência da natureza e diz respeito aos sons da voz humana — diz Trubetzkoi — a Fonologia tem por objeto os *fonemas* ... das línguas humanas." Por isso, Dinneen (1970, 43) afirma que há três modos principais de descrever os sons linguísticos; um som pode ser descrito sob o ponto de vista:

- (a) da sua composição;
- (b) da sua distribuição;
- (c) da sua função.

A Fonética trata do primeiro ponto de vista (a), ao passo que a Fonologia trata dos dois outros, (b) e (c).

(31) O CLP foi fundado por V. Mathesius, B. Havránek, J. Mukarovski e B. Trnka em 1926, aos quais se juntam, como principais mentores da Fonologia, S. Karcevsky, R. Jakobson e N. S. Trubetzkoi (e, mais tarde, o holandês W. de Groot, o alemão K. Bühler, os franceses J. Vendryes, A. Marinet e E. Benveniste, além do iugoslavo A. Baité).